

## Registo de beneficiários efectivos de accionistas detentores de participações qualificadas em instituições de crédito

**Entrou em vigor, no passado dia 4 de Maio, a Lei n.º 16/2017 que veio consagrar a obrigatoriedade de registo dos beneficiários efectivos de accionistas detentores de participações qualificadas em instituições de crédito.**

De acordo com o regime anteriormente em vigor, o registo das instituições de crédito junto do Banco de Portugal abrangia apenas, a par de outros elementos, a identificação dos accionistas detentores de participações qualificadas.

Este novo diploma veio alargar o âmbito do registo à identificação dos beneficiários efectivos de accionistas detentores de participações qualificadas em instituições de crédito, por forma a assegurar uma maior visibilidade da efectiva estrutura accionista daquelas instituições.

Esta alteração abrange não só os futuros beneficiários efectivos de detentores de participações qualificadas, como os actuais, tendo sido estabelecido para estes um regime transitório que obriga as instituições de crédito a, no prazo de 90 dias, registar os beneficiários efectivos relativos a participações qualificadas já registadas.

Francisco Barona  
Ana Guedes Teixeira

**Contactos:**  
[fb@slcm.pt](mailto:fb@slcm.pt)  
[agt@slcm.pt](mailto:agt@slcm.pt)

***slcm.pt***

Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 12º // 1600-100 Lisboa Portugal  
Tel: +351 21 723 40 00 // Fax: +351 21 723 40 29 // [slcm@slcm.pt](mailto:slcm@slcm.pt) // [www.slcm.pt](http://www.slcm.pt)

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89

### Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação